

Para além dos muros universitários: a extensão falando sobre aids¹

Lídia Arnaud² (UFPB)
Co-autores/as:
Francisco Neto (UFPB)
Gabriel Moraes (UFPB)
Luziana Silva (UFPB)
Mónica Franch (UFPB)

Palavras-chave: Extensão; HIV/aids; sociedade

Primeiras “falas”

“A vida grita. E a luta continua”. São essas as palavras que encerram a *Última carta para além dos muros*, de Caio Fernando Abreu (2014). Tomamos emprestadas estas palavras porque três elementos que elas contêm nos conduzem ao significado e importância de um projeto de extensão que “fala” sobre HIV/aids. O autor foi uma das pessoas que sucumbiu àquele “vírus de science fiction que só dá em gente maldita”, como ele mesmo se referiu ao HIV na carta acima citada. A “Senhora Dona Vida” que gritava lá, grita ainda hoje. E a luta continua, embora alguns tenham anunciado o fim da aids e a gramática do HIV/aids tenha sido atualizada, substituindo “luta” por “respostas ao HIV/aids”. Em 1996 a “Senhora Dona Vida” expirou de Caio Fernando Abreu, assim como já tinha abandonado tantas outras pessoas infectadas pelo HIV. Quanto a nós, seguimos na quarta década da epidemia e ainda precisamos falar sobre aids.

Parker (2015), adiciona um interrogação ao fim da aids anunciado por um discurso global da meta 90-90-90³, pautado nas respostas biomédicas à epidemia. Considerando que o anúncio do fim da epidemia se erige em uma visão ideológica que é também responsável pela construção da realidade em torno dela, importa lançar luz sobre as respostas sociais e

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano:2024).

² Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq).

³ Em 2016, na Declaração Política da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi firmado o compromisso para se atingir a meta de 90% de pessoas testadas, 90% de pessoas em tratamento antirretroviral e 90% de pessoas vivendo com HIV indetectável, com o objetivo de frear a propagação do vírus e chegar ao fim da Aids.

políticas, para que realmente tenhamos um desenho mais próximo das vivências e convivências com o HIV/aids. Os avanços biomédicos disponibilizados na atualidade não significam uma adesão automática ao arsenal de tecnologias e técnicas preventivas, pois para serem colocadas em prática dependem de questões sociais e políticas que moldam comportamentos e atuam sobre eles. Não há, portanto, uma chave única para efetivar as conquistas biomédicas, logo, faz-se necessário a utilização de diferentes lentes para “capturar” as diversas realidades produzidas pela epidemia aqui discutida.

Se as consequências do vírus HIV foram “controladas” no nível biológico, no âmbito social elas continuam a se propagar sem que haja “profilaxia” eficaz. Em que pesem os avanços biomédicos que transformaram a aids em doença de longa duração ou “doença comprida” (Fleischer e Franch, 2015) e os inegáveis benefícios, não se pode negligenciar o fato de que todo conhecimento por trás destes avanços estão situados política e socialmente, de modo que abordar a aids como uma epidemia em curso e cujo fim não pode ainda ser anunciado, necessariamente precisa considerar as questões transversais ao tema, como elementos comportamentais, marcadores sociais e vulnerabilidades que impactam nos pressupostos que sustentam as respostas sociais aos efeitos do HIV.

Neste ponto trazemos outra interrogação, parafraseando Cardoso de Oliveira (2008), que somadas às linhas acima, dão origem ao projeto de extensão sobre o qual trataremos neste artigo: Em que medida a antropologia fora da academia teria uma contribuição a dar para a disciplina enquanto campo de saber e de produção de conhecimento? A resposta surge de questões que floresceram a partir de movimentações antropológicas intra-acadêmicas, mas que as atravessam e as transbordam, uma vez que o *Falando sobre aids: debate e informações nas ruas, nas praças e nas redes* apresenta-se como desdobramento de ações e pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisas e Estudos em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC/UFPB) desde o ano de 2007, que mostraram a urgência de ampliar o debate sobre o tema do HIV/aids para além do campo acadêmico e profissional especializado.

As pesquisas que inspiraram a elaboração de um projeto de extensão, exemplificam o que Silva (2008) define como proposta de trabalho extramuros que se constitui a partir da experiência intramuros. Nesse sentido, o binômio ensino-pesquisa não está apartado das ações extensionistas, transforma-se em trinômio, três termos interligados que se retroalimentam. Operando com a metáfora do muro, a autora supramencionada, entende que

o/a antropólogo/a não está intra ou extramuros, está *sobre* o muro. Não no sentido de imparcialidade ou ausência de comprometimento, mas como a figura que lança mão da produção do conhecimento na academia e fora dela (em outras instituições), concebendo o conhecimento acadêmico como o ponto fulcral para as experiências extramuros.

Ainda que a constituição brasileira de 1988, a chamada constituição cidadã, tenha reconhecido a importância da extensão para as universidades, assinalando a relação indissociável desta com o binômio acima mencionado, o espírito cientificista e eurocentrado que serviu de modelo para as nossas universidades atribuiu à extensão o lugar menos nobre. Tal percepção nos faz lembrar também da pouca receptividade às antropologias aplicadas como “antropologias de segunda”, colocando os seus resultados automaticamente sob a suspeita de serem menos permanentes e fundamentados do que outros não rotulados desse modo (Pacheco de Oliveira, 2013).

Romper a lógica objetificadora que regeu a relação entre a universidade e a sociedade (e que também caracterizou a antropologia no seu nascedouro) pode ser possível através da prática extensionista, como sugere Carvalho (2004), ao apontar para a extensão como uma prática de resistência, uma

tentativa de renovar os saberes, de reabrir a imaginação bloqueada e desvalorizada e de deselitizar, social, étnica e racialmente, as nossas universidades, todas elas escandalosamente brancas e de classe média. A Extensão pode ser, neste sentido, um lugar chave na tentativa de chacoalhar esses dois elementos difíceis, primeiro, ao conectar-se com a sociedade; e logo, ao trazer os agentes sociais excluídos para dentro da universidade, superando assim uma resistência que ela tem mostrado ao longo de toda a sua história no século vinte. (p. 03)

Embora a preocupação do autor acima seja direcionada especialmente para as questões étnicas e superação do racismo, ilumina a importância da extensão para as universidades e para a sociedade, aproximando estas últimas e reconhecendo o potencial das práticas extensionistas. Isto dito, apostando na contribuição da extensão para a produção de um diálogo expandido, apresentaremos a seguir as conexões entre as reverberações da história estigmatizante da aids e a necessidade constante de propagação de informações qualificadas sobre o tema, como propomos no projeto *Falando sobre aids*. Em seguida, lançaremos luz sob a abordagem antropológica em ação, discutindo o modo extensionista de fazer ciência. E por fim, teceremos nossas considerações finais.

Falando sobre HIV/aids

Ao analisar o surgimento de uma epidemia e seus efeitos nos campos biomédico e social, ter em conta o que pode ser tomado como ponto zero do processo é um procedimento importante, na medida em que permite compreender o contexto de surgimento e as primeiras reações. Os anos 1980 são tomados por diversos estudiosos como o marco inicial para a história da aids, indicando que o HIV já circulava entre os meses de outubro de 1980 e maio de 1981 (Bastos, 2006), ocasião em que o *U.S. Centers for Disease Control and Prevention* (Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos) registrou a ocorrência crescente de Sarcoma de Kaposi e de um tipo específico de pneumonia entre homens adultos homossexuais, aparentemente saudáveis (Perlongher, 1987), posteriormente identificada como pneumonia carinii, duas das chamadas “doenças oportunistas”. A falta de explicação conhecida para esta ocorrência impulsionou os primeiros investimentos no sentido de identificar a doença e o que, na linguagem biomédica, é denominado “agente etiológico”, no caso, o vírus HIV, isolado em 1985. No entanto, descobrir o vírus não significava a resolução do problema, era preciso ir além, compreender as formas de transmissão, vacinas, tratamentos, enfim, o protocolo que sucede uma doença recém-descoberta.

A associação inicial com uma determinada população envolveu o chamado Vírus da Imunodeficiência Humana (e a síndrome que desencadeou) em uma profusão de significados e metáforas, que os atrelaram às chamadas sexualidades dissidentes, como sugerem as expressões peste gay ou câncer gay, utilizadas como sinônimos para a aids. Ao estabelecer uma comparação entre a aids e a sífilis, Carrara (1996) denomina significados estigmatizantes como estes de “vírus ideológico”. A incidência do “novo mal” sobre pessoas com comportamentos específicos contribuiu para que história social da doença fosse vinculada à identificação do que inicialmente foi designado como “grupos de risco”, depois denominados “comportamentos de risco”, que se transmutaram em vulnerabilidades, para então serem definidas, atualmente, como populações-chave.

Tendo em vista que no Brasil, os primeiros casos foram reportados no ano de 1982, trata-se de uma história, portanto, de quatro décadas de epidemia que ceifou vidas de intelectuais, artistas e ativistas nacionais e internacionais, mas também muitas pessoas desconhecidas, à medida que o vírus enveredou por caminhos de desigualdade, se imiscuindo nas populações mais vulneráveis. Passada a primeira década desta história, em 1995, a Organização Mundial

de Saúde (OMS) considera a infecção pelo HIV como uma doença de longa duração, alterando sobremaneira a percepção de morte iminente que caracterizou os anos iniciais da epidemia. O que deveria ser visto positivamente, a superação da inevitável associação HIV-morte, trouxe consequências preocupantes, tendo em vista que a chamada cronificação da doença, resultante dos desenvolvimentos farmacológico e médico, tem levado à perda do caráter de urgência para o Estado e, conseqüentemente à redução de orçamento e das políticas públicas voltadas para as respostas à epidemia.

Em que pese o sucesso do desenvolvimento científico – mais especificamente, da biomedicina, como assinalamos brevemente nas páginas iniciais deste artigo – na conquista de novas possibilidades para a vida, é importante enfatizar que “a resposta brasileira à aids” resulta da combinação de atores e fatores globais e locais: o avanço científico no campo da pesquisa na chamada “saúde global” e a ação de agências internacionais de combate ao HIV/aids; a consolidação de políticas universais de acesso à saúde seguindo o processo de redemocratização – tendo como importante resultado a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) – que incluíram em seu bojo a prevenção e o tratamento ao HIV/aids. Neste ponto, a interlocução com pesquisadores e ativistas no âmbito nacional, bem como a pressão que exerceram, foram cruciais. Parker (2021) sublinha a importância de ativistas como Hebert de Souza e Hebert Daniel, por meio do que ele chama de “ativismo cultural”, face à ausência de respostas biomédicas à epidemia, em seus primeiros anos.

A chamada a Terapia Antirretroviral (TARV), popularmente conhecida como “coquetel”, é, segundo Mário Scheffer (2012), a história de uma “combinação exemplar, de como uma tecnologia eficaz somada a uma política pública universal de saúde pode salvar vidas” (p. 19). Foi em razão dos investimentos e descobertas científicas que uma atmosfera otimista pôde se configurar através de controle mais efetivo da epidemia da aids, se articulando com a Estratégia de Aceleração da Resposta ao HIV proposta pela UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids), conhecida como 90/90/90. Devido a este contexto promissor conquistado pelo desenvolvimento de métodos de controle eficazes, a Organização Nacional das Nações Unidas (ONU) anunciou um curto caminho para o fim da epidemia (Grangeiro, 2015), conforme mencionamos nas primeiras páginas deste. Entretanto, é um anúncio que, no caso brasileiro, não se coaduna à realidade, considerando o aumento dos casos de infecção por HIV em populações específicas, especialmente jovens com práticas

homossexuais, travestis e transexuais. Soma-se a isso as dificuldades de atendimento frente à “banalização” do HIV/aids, que se erguem como obstáculos para a adesão ao tratamento.

Atualmente, um dos importantes desafios enfrentados pelo Brasil, segundo Richard Parker (2016), situa-se no campo da prevenção. Há uma tendência decrescente no uso do preservativo em todos os grupos populacionais, que não se caracteriza como uma especificidade brasileira, requerendo que muitos elementos sejam considerados para se chegar a uma compreensão deste cenário. O momento atual, assinala Parker, no qual predomina uma visão do uso do preservativo como “cuidado de si”, de cunho individualista, em que o outro aparece como ameaça contra a qual é preciso se proteger, se contrapõe à estratégia preventiva dos anos 1980 e 1990 – período marcado por altas taxas de mortalidade associada à aids –, que contava com a mobilização das comunidades, tendo o sexo seguro como uma estratégia de solidariedade e de cuidado com o outro, especialmente no interior das comunidades gays. Nos dias atuais, não é a solidariedade ou o cuidado com o outro que pauta o uso do preservativo, este se apresenta como uma prescrição médica, logo, suscetível a consideráveis resistências.

Se o Brasil esteve na vanguarda do enfrentamento à epidemia em questão, sob o efeito da “banalização da aids” e seus desdobramentos, o quadro atual se insinua na contramão do que foi a história da aids no país. O fim da imagem dramática que povoou o mundo nas primeiras décadas da epidemia, adesão decrescente à camisinha, visibilidade reduzida do HIV/aids na mídia, repercutem na presença menor da prevenção no âmbito das interações afetivo-sexuais cotidianas. Há que se destacar o efeito do avanço dos setores conservadores no poder público impondo “anti-agendas” (Agostini et al., 2019; ver também Parker, 2016; Ferraz, 2016; Franch; Rios, 2020), resultando no esvaziamento público das discussões sobre gênero e sexualidade, que necessariamente embasam as chamadas intervenções comportamentais. Adicione-se a estes fatos a diminuição das campanhas de prevenção (que passaram a ser, inclusive, alvos de censura), o aumento de estigma, discriminação e preconceito contra aqueles considerados “desviantes” no campo da sexualidade – LGBTQIAPN+, profissionais do sexo, entre outros – e temos constituído um solo fértil para o aumento das infecções em grupos específicos, que coincide com um momento em que são enfaticamente celebradas as conquistas biomédicas em relação ao tratamento e prevenção (Parker, 2016).

Sim, temos medicamentos cujos efeitos colaterais não se comparam a drogas como o AZT, um dos primeiros fármacos aprovados para o tratamento da aids; tecnologias preventivas como profilaxias pré e pós-exposição (PrEP e PEP, respectivamente) que ampliaram as possibilidades para evitar a infecção com o vírus; testemunhamos a possibilidade de evitar a transmissão do HIV através do uso continuado de medicação. No entanto, carecemos ainda de informações como estas circulando entre os profissionais de saúde, escolas e outros espaços de socialização e sociabilidade. Diante disso, podemos apontar desafios éticos e políticos que têm sido colocados como entraves ao sucesso dos avanços conquistados na esfera biomédica e científica de um modo geral, em resposta ao HIV/aids em nosso país. Destacamos, nesse sentido, o avanço do conservadorismo, que dificulta a realização de ações educativas no campo da sexualidade; os cortes orçamentários no SUS, a partir da aprovação da Emenda Constitucional Nº 95, que implicou no “congelamento” dos gastos públicos por 20 anos; o fechamento dos canais de participação da sociedade civil na elaboração de propostas e ações voltadas à prevenção e ao atendimento de pessoas vivendo com HIV/aids, especialmente durante o Governo Bolsonaro. Esta transformação do cenário brasileiro foi ainda agravada por uma nova ameaça à saúde pública, como assinalam Silva et. al. (2021): a covid-19.

Apesar de termos experimentado as perspectivas de reconstrução democrática que favoreceram a implementação de políticas e ações em HIV/aids, os quatro anos de gestão do governo acima mencionado contribuíram para tentativas de desestruturação da política nacional em IST, HIV e aids. A retirada da referência ao HIV/aids do nome do departamento, que em 2019 passou a ser chamado Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, simboliza o tipo de ações que vão na contramão das conquistas amealhadas ao longo destas quatro décadas de epidemia. Não podemos deixar de mencionar também as diversas falas preconceituosas dirigidas às pessoas vivendo com HIV/aids, recrudescendo o flagelo do estigma e da discriminação que constituiu a “terceira epidemia” da história da aids (Parker; Aggleton, 2021)

A mudança de governo federal, trouxe um novo fôlego para as políticas em torno do HIV/aids, que se revela através de mudanças iniciais, nos primeiros sete meses do governo Lula: a mudança do nome do referido Departamento, que voltou a incluir o HIV/aids em seu nome (Departamento de HIV/aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis); o anúncio da retomada da educação sexual e prevenção de IST no programa

Saúde na Escola; a reativação da Comissão do Ministério de Saúde, com gestores regionais de programas de HIV, hepatites virais, IST e tuberculose. Ainda que incipientes, são mudanças que apontam uma nova direção na política pública federal, sob a direção da sanitarista e Ministra da Saúde, Nísia Trindade, indícios de reversão em um cenário que vinha se configurando como preocupante, e que caminhava na contramão da experiência histórica de enfrentamento ao HIV/aids que foi, por décadas, considerada um modelo a ser seguido, sobretudo pelos chamados países em desenvolvimento.

O sucesso da resposta brasileira ao HIV/aids nos anos 1990 e 2000 repousava, entre outros aspectos, no engajamento de diferentes atores e setores na proposta e acompanhamento de políticas e ações, a começar pelas próprias comunidades diretamente afetadas – pessoas vivendo com HIV/aids, usuários de drogas, comunidade LGBTQIAPN+ etc. – mas incluindo também, de forma muito ativa, a participação das universidades, em seus vários campos de saber. Assim sendo, tendo em vista que os avanços biomédicos isolados não dão conta das demandas implicadas em uma síndrome complexa como a aids, o conhecimento do campo das ciências humanas tornou-se fundamental para apreender as suas dimensões intersubjetivas, à qual se entrelaçam dimensões morais, políticas, socioculturais e econômicas, para citar algumas. Para ecoar as informações sobre as formas de prevenção e tratamento do HIV/aids, para refletir sobre a experiência de pessoas vivendo com o HIV (PVHA) e para somar com outras vozes na redução do estigma da epidemia, o projeto tem dialogado com diferentes atrizes e atores sociais, de dentro e de fora da universidade, visando assim, uma “fusão de horizontes” constitutiva do modo-de-fazer da extensão universitária (CARVALHO; CHIANCA, 2019, p.13).

Antropologia, extensão, ação

Diante do exposto acima, o projeto *Falando sobre aids* surge como uma proposta de operar como dispositivo de quebra dessa política de silenciamento sobre a educação sexual dos jovens e de esvaziamento das práticas preventivas. Multiplicar e disseminar informações coerentes e consistentes, fundamentadas nos direitos humanos e na realidade social, é uma metodologia fundamental para combater o estigma, a discriminação e o preconceito. Faz-se necessário dar nome ao que involuntariamente ou propositadamente é obscurecido, anuviado, conhecer realidades. Promover espaços de fala e de movimento aos viventes e conviventes é dar autonomia, é reconhecer as existências e experiências, as identidades, é atestar espaços já

ocupados. Lembremos sempre que os processos informativos e comunicativos são instrumentos imprescindíveis para o enfrentamento de violações dos direitos humanos e que precisamos combater as tentativas de silenciamento e apagamento das existências das pessoas vivendo e convivendo com HIV/aids (PVHA). É fundamental entendermos que, neste contexto, o silêncio é sinônimo de morte, como alertou a organização internacional ACT UP (AIDS Coalition to Unleash Power) nos anos iniciais da epidemia.

Estudos recentes, (Guimarães et al., 2018) têm indicado como, o conhecimento das formas de transmissão do HIV é atualmente muito mais impreciso e até equivocado entre jovens, (mesmo aqueles com nível universitário), em relação a décadas passadas, o que resulta do progressivo silenciamento em torno da aids nos espaços públicos. Por outro lado, os avanços biomédicos não têm sido suficientes para combater uma epidemia dentro de outra epidemia: a epidemia de preconceito em torno das pessoas que vivem com HIV/aids. Sendo a universidade um espaço eminentemente juvenil, apresenta-se como um lugar idôneo para abrir essa discussão e conquistar a adesão dos jovens para ações de divulgação de informações e combate ao preconceito. Sendo assim, sublinhamos a importância do tema que sustenta este projeto de extensão para estabelecer interlocuções com este público. Nos diferentes momentos em que trabalhamos com a temática, os universitários têm relatado seu desconhecimento anterior em relação ao tema e a mudança que essa participação têm operado em suas vidas e práticas cotidianas. Como os trabalhos históricos de combate ao HIV/aids demonstram, a infecção, pela sua intrínseca relação com a sexualidade e comportamentos percebidos como "desviantes", é uma excelente porta de entrada para o debate e o engajamento na discussão sobre direitos humanos, cidadania e acesso a serviços de saúde para todos, nas ações e formas de luta da sociedade civil, mostrando como o conhecimento produzido na universidade pode e deve estar a serviço de transformações sociais e culturais.

Antes de fazermos os/as leitores/as conhecedores/as das nossas atividades extensionistas, é preciso fazê-los/las saber, que o nosso projeto está atuando em sua terceira versão e ao longo desses anos de atuação, temos trabalhado com vistas a atualizar as nossas práticas de acordos com as demandas e respostas encontradas nos espaços em que atuamos. Isto posto, passemos a apresentar o *Falando sobre aids: debate e informação nas ruas, nas praças, nas redes*. Um primeiro elemento a destacar é que o projeto visa a colocar em diálogo práticas e saberes sobre HIV/aids produzidos na academia, no movimento social, nos serviços de saúde, entre outros possíveis lugares. Adotamos uma perspectiva simétrica que investe, por um lado, na

divulgação científica para a comunidade geral e, por outro lado, na abertura do espaço acadêmico para outros saberes, com especial atenção às experiências das pessoas vivendo com HIV/aids, mas também de ativistas, profissionais e gestores que com elas trabalham e/ou militam.

No que tange à organização interna dos membros e membras do projeto, realizamos reuniões de equipe para o planejamento, monitoramento, organização e avaliações das atividades e ações. As reuniões ocorrem de formas esporádicas, tendendo a ser a cada trinta dias, mas, dependendo da quantidade e urgência das demandas, podem ocorrer quinzenalmente, em sua maioria de modelo híbrido (presencialmente, na sala do PPGA/UFPB e através da plataforma *Google meet*) tendo em vista que a equipe agrupa diversos estados e cidades, como Rio Tinto (PB), Maceió, Aracaju, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife, além da própria sede do projeto, na capital paraibana. A diversidade que se apresenta geograficamente, também se faz presente nos perfis dos/das integrantes da equipe, que soma atualmente, cerca de 16 extensionistas, entre coordenação, colaboradores/as, voluntários/as e bolsista: discentes da graduação - licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais - e da pós (mestrado e doutorado) em sociologia e antropologia, bem como docentes destas mesmas áreas de conhecimento. Ainda que o eixo temático seja a antropologia, esta dialoga com a psicologia e o serviço social, letras e história, através de integrantes com formação nestes campos.

As reuniões gerais compõem uma grande variedade de temáticas tratadas, incluindo a discussão de obras teóricas úteis na produção de dados, na pesquisa e no planejamento de nossas ações de extensão. Consideramos que as próprias reuniões são caracterizadas, constantemente, como fonte de amadurecimento teórico e analítico em torno da literatura em HIV/aids, o que por si só configura-se como sequências de capacitação interna. Através delas, pontuamos e destacamos atividades e ações que serão realizadas, elencando agentes possíveis para parcerias, divisões de tarefas como as criações das *templates*, artes e quaisquer outros recursos gráficos para postagens nas redes sociais, a continuidade dos quadros, o gerenciamento da rede social e criação de formulários de inscrições para eventos. Também traçamos estratégias para o acompanhamento das atividades de outros perfis que estão inseridos na temática do HIV/aids, solicitando possíveis parcerias, divulgações e diálogos.

A primeira fase do projeto (2020) foi marcada por desafios para além da seara do HIV: nos deparamos com a continuidade do drama humano e sanitário provocado pela Covid-19. Com

isso, surgiram reflexões sobre o impacto de um do novo vírus na convivência com o HIV, bem como o debate sobre os processos sociais e políticos que afetaram as condições de saúde, práticas preventivas e acessos a serviços. A crise sanitária do coronavírus aprofundou a vulnerabilidade de grupos historicamente negligenciados, o que pode se desdobrar em privações sociais, econômicas e de moradia. No caso específico do HIV/aids, sabemos que a covid afetou de maneira fundamental o acesso aos serviços por parte das pessoas vivendo com HIV e as ações de prevenção em todo o Brasil, incluindo a Paraíba (Silva et al, 2021). Diante disso, desde a segunda edição do projeto até a edição atual, buscamos colocar sob os holofotes a problematização acerca dos atravessamentos entre o cenário pandêmico e as possibilidades de prevenção e manejo do HIV/aids em meio à interação de duas pandemias interagindo sinergicamente (Silva; Moraes; Oliveira Neto, 2022).

Em seus anos iniciais (2020-2021) o projeto atuou, através de uma equipe interdisciplinar, no sentido de familiarização com o trabalho de extensão exclusivamente na rede social, considerando que redirecionamento imposto pela pandemia de covid-19. Criamos e alimentamos especialmente o perfil @falandosobreids no *Instagram* e desenvolvemos os quadros Cine PositHIVO, Biografia PositHIVa, Escuta PositHIVa, Letras PositHIVas e Primeiros Cuidados, que eram publicados periodicamente na rede. Apesar das peculiaridades e formatos de cada quadro, eles prezam por um objetivo comum: falar sobre aids. Suas definições foram fundadas para explorar a complexidade (senão ausência) de outras discussões em torno da temática do HIV, face ao silenciamento cuja origem informamos nas páginas anteriores. Postagens em nosso perfil com o objetivo de apresentar, resenhar e discutir filmes que tematizam HIV/aids aparecem no “Cine PositHIVO”, não se restringindo a produções de *streaming*, a exemplo do filme *Three Months* (2022), dirigido por Jared Frieder, uma das mais recentes indicações do quadro. Selecionando também produções que trazem uma percepção diferente da dita “comercial”, como o documentário de Lírio Nascimento e Hiura Fernandes, nomeado *Aquela criança com AID\$* (2023). Para além do ramo audiovisual presente nas propostas do *falar nas redes*, o quadro “Biografia PositHIVa”, posteriormente agregado ao “Letras PositHIVas”, deu início às apresentações biográficas de pessoas que não necessariamente vivem/viveram com HIV, mas se tornaram fonte de referência (e inspiração) no campo da aids, como, por exemplo, *Brenda Lee e o palácio das princesas*. O quadro se juntou a uma discussão maior, mais ampla, mais discursiva quando foi fundado o “Letras PositHIVas”, este que visa a divulgar e apresentar literaturas que tematizam o HIV direta ou indiretamente, apresentar sua dicotomia, seu “ponto de mutação” (Sousa, 2016) entre a

literatura “pré” e “pós” coquetel. Neste quadro, o pioneirismo da temática apresentou duas lentes dos dois tempos: Caio Fernando Abreu e Marina Vergueiro, respectivamente⁴, e continuou apresentando diversas obras, como *O Corpo Recusado*, de Luís Cecílio - discutido no nosso grupo, inclusive, como um dos momentos de capacitação para a equipe - e *Pílulas Azuis*, de Frederik Peeters.

O último quadro destacado, nomeado como “Primeiros Cuidados”, destoa dos anteriores, caracterizados especialmente pela divulgação de atividades fixadas no próprio perfil do *Instagram*. Este quadro surge de uma iniciativa da equipe interdisciplinar, especialmente dos psicólogos que compõem o projeto, em auxiliar pessoas que receberam o diagnóstico recente ou estão em um processo conflituoso com a sorologia. O serviço é gratuito e garante a confidencialidade das informações, reforçando a relação psicólogo/paciente, havendo a possibilidade de manter sessões continuadas ou apenas uma. Desde o seu início, no primeiro semestre de 2022, já foram realizadas mais de 20 sessões com diversas pessoas de diferentes partes do país.

Na edição de 2022-2023, mantivemos o *Instagram* como ferramenta fundamental, mas não apenas para o desenvolvimento de atividades, como no período pandêmico, e sim para divulgação das propostas que realizamos nas ruas, nas praças e, também, nas redes. Nesse sentido, incorporamos a realização de oficinas, a participação em eventos acadêmicos e do movimento social com ações voltadas à ampla discussão sobre HIV/aids, entre outras atividades. O aprendizado metodológico que desenvolvemos durante o tempo pandêmico foi absorvido, e, ao mesmo tempo, incorporamos as atividades presenciais em parceria com as redes locais, municipais e estaduais, seja como promotores das ações ou como participantes delas. A continuidade do trabalho extensionista resultou em aumento expressivo do número de seguidores no perfil do *Instagram*, passando de 1000; articulações que o projeto teceu com a Prefeitura Municipal de Rio Tinto (Paraíba); com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Cordel Vida em João Pessoa; a Organização não Governamental (ONG) GAV - Grupo de Apoio pela Vida, em Campina Grande; a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), do Rio de Janeiro; entre outras instituições⁵.

⁴ Uma discussão aprofundada sobre o “Letras PositHIVas” está apresentada no artigo “Letras PositHIVas: uma disseminação artístico-literária por meios digitais”, escrita por Isaque Moraes, Akim Souza e Gabriel Moraes, todos membros do projeto. Ver em: https://drive.google.com/drive/folders/1W12X_upi5yEtThBYzMSEGjEAZEoOJBeb?usp=sharing

⁵ Todas as atividades podem ser localizadas e visualizadas no *instagram* @falandosobre aids.

Superado o período de pandemia, passamos a fazer jus ao subtítulo do projeto, ocupando ruas, praças e espaços onde as interlocuções se tornavam possíveis. Dentre as atividades presenciais realizadas, destacamos seis oficinas: quatro delas voltadas para profissionais de saúde dos municípios de Pedras de Fogo e de Rio Tinto, através de parcerias com as respectivas prefeituras; uma cujo público-alvo eram estudantes do Ensino Médio e uma com estudantes Trans da UFPB. As trocas com o movimento social nos levou a ações nas ruas de João Pessoa, organização de eventos e participação em campanhas.

Na continuidade da terceira edição para a quarta (2023-2024), atualmente em execução, fomos agraciados com o prêmio “Elo Cidadão”, ofertado pela Universidade Federal da Paraíba, para os cinco melhores trabalhos por eixos temáticos do Encontro de extensão promovido por esta universidade. Nosso projeto foi contemplado na categoria “comunicação”, reconhecendo sua importância e implicando em uma publicação nos anais de todos os projetos selecionados (Franch et al, 2024, no prelo).

Como já assinalamos, a antropologia extramuros se constroi a partir do espaço intra-acadêmico e com ele dialoga. Tais diálogos ocorrem especialmente através das participações dos/as integrantes do projeto em eventos acadêmicos locais, nacionais e internacionais; além da publicação de textos em periódicos científicos, e-books, coletâneas e livros⁶. E acreditando no nosso papel como extensionistas, seguimos coletivamente nesse caminho de uma universidade que colabora para a construção de uma sociedade mais inclusiva, formadora de estudantes com senso de cidadania e que reflete sobre os problemas sociais, especialmente no tocante da aids.

⁶ Na teia de produções intra-acadêmicas, há escritos que foram produzidos especialmente para refletir as ações do projeto, como: FRANCH, Mônica et al (no prelo); Falando sobre aids: debate e informação nas ruas, nas praças e nas redes; Vivência: UFRN, 2024. MORAES, Isaque; SOUZA, Akim de Paula; MORAES, Gabriel Cavalcante Bueno de. Letras PositHIVas: Uma disseminação artístico-literária em meios digitais. In: FONSECA, Leandro Noronha; ANUNCIAÇÃO, Mauricio Silva; ASSIS, Guilherme Ewerton Alves. Cadernos Posit(hiv)os: AIDS, Literatura e cultura em perspectiva [recurso digital] Sal e Terra: João Pessoa., 2022. ISBN: 978-65-5886-227-7.

Como as ações da extensão estão interligadas com a pesquisa, há outras produções resultantes desta ligação: SILVA, Luziana Marques Fonseca; NETO, Francisco Paulino de Oliveira; MORAES, Gabriel Cavalcante Bueno. Interações sinérgicas entre o HIV/aids e a Covid-19: A descentralização do cuidado em HIV/aids na Atenção Básica em Rio Tinto (Paraíba). *Áltera*: João Pessoa, n. 14, p. 1-25, 2022.

SILVA, Luziana Marques Fonseca; NETO, Francisco Paulino de Oliveira; MORAES, Gabriel Cavalcante Bueno. “Lá vem a onda!": notas etnográficas sobre os impactos da pandemia de Covid-19 na atenção básica e na política de HIV/aids em Rio Tinto/PB. In: MALUF, Sônia et al. Antropologias de uma pandemia: políticas locais, Estado, saberes e ciência na COVID-19. UFSC: Santa Catarina, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254302>

Considerações finais

Partilha, trabalho coletivo e engajamento são elementos basilares da produção de conhecimentos na extensão e são também a marca do que estamos a fazer desde a primeira versão deste projeto. A participação das ONGs e OSCs, pesquisadoras/es, ativistas (ativistas que usam a arte como mote de ação), profissionais de saúde e gestores de saúde nas ações do projeto possibilitou a expressão de vivências e conhecimentos a partir de distintos lugares de enunciação, diminuindo a distância entre o que se produz na academia e o que se passa nos corpos, nas relações e no cotidiano das pessoas.

O intento de ir além dos muros acadêmicos e alcançar um número cada vez maior de pessoas interessadas no tema nos ajudou a refletir sobre a linguagem a ser utilizada e o tipo de conteúdo e ação a serem desenvolvidos. Com isso, o debate interno nas reuniões sobre as mensagens que o nosso conteúdo poderia transmitir e o sentido que poderia assumir para os diferentes públicos provocou instigantes problematizações sobre as ressignificações de imaginários sobre a epidemia, atualizações sobre os boletins epidemiológicos e as formas de transmitir informações de acordo com cada atividade programada respeitando a especificidade de cada público atendido. Para concretizar os objetivos de debater e disseminar informações nas ruas, nas praças e nas redes, especialmente para pensarmos o HIV/aids nas dimensões subjetivas, sociais, culturais e políticas, as atividades realizadas definiram dois momentos marcantes do projeto: o fortalecimento dos laços com outras entidades atuantes no movimento, com os serviços de saúde, com a gestão e a própria comunidade; e a retomada da articulação entre pesquisa e extensão, que reflete em todas as ações decididas durante o planejamento interno. Além disso, esta terceira edição do *Falando sobre aids*, permitiu uma maior articulação com pesquisadores locais e nacionais - incluindo os que compõem o projeto - e atores sociais importantes da gestão e do movimento social no campo do HIV/aids na Paraíba e no Brasil, ampliando as interlocuções estratégicas e lembrando que em antropologia a interlocução tem sempre precedência sobre a intervenção, como propala Cardoso de Oliveira (2008).

Em termos quantitativos, chamamos para o já referido crescimento no número de seguidores do perfil no instagram, de 646 (início da vigência da terceira fase do projeto) para mais de 1000 seguidores, a partir de julho de 2023. Esse aumento é resultado da intensificação e diversificação das ações ao longo da nossa atuação, e também das atividades e parcerias que

foram sendo realizadas e construídas ao longo do percurso. Vale ressaltar que todas as ações realizadas eram divulgadas na rede social do projeto e nas redes sociais dos integrantes e dos parceiros, feito que elevou ainda mais a divulgação e chamada para novos seguidores e colaboradores.

Diante dos desafios intrínsecos ao tema do projeto e aqueles que se apresentam nos fluxos do trabalho de extensão, temos considerado que as nossas ações têm cumprido não apenas os requisitos que caracterizam as propostas formais no âmbito universitário, mas o intento maior que nos move: falar e nos fazer ouvidos, vistos, compreendidos no que diz respeito às questões do HIV/aids. Alguns resultados são palpáveis e mensuráveis - seguidores no *Instagram*, oficinas, debates de livros e filmes - outros se propagam sem dizer palavras, mas na mudança de olhares e comportamentos, na quebra de preconceitos, na recepção de informações qualificadas, despidas do estigma que continuamos a enfrentar.

Falar é verbo transitivo direto e indireto, intransitivo, bitransitivo indireto. No gerúndio, indica uma ação contínua, uma ação que está em andamento. É a nossa ação. Na gramática do HIV/aids, falar foi um verbo preterido pelo medo, pelo estigma. Silenciar foi o verbo que imperou, fazendo do segredo proteção contra o estigma e a discriminação, evitando a morte social. Falando sobre aids hoje, além de exorcizar ideias preconceituosas e informações equivocadas, contribuimos para aproximar a universidade da realidade que a circunda, rompendo a bolha academicista e colocando a antropologia em ação, não como aquela que busca objetos de estudo, mas como uma interlocutora para pôr em evidência demandas sociais e para ofertar subsídios a fim de que políticas públicas eficientes sejam implementadas. E assim seguiremos, nas ruas, nas praças, nas redes e onde mais a nossa voz em coro possa chegar.

Referências bibliográficas

ABREU, Caio F. **Pequenas epifanias**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2014.

AGOSTINI, R. et al. **A resposta brasileira à epidemia de HIV/AIDS em tempos de crise**. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2019, v. 24, n. 12. Disponível em: . Acesso em: 30 de maio de 2022.

AGUIAR Jr., Fernando Domingos. **Imagens da doença, políticas da notícia**: cenários e representações da aids na imprensa paraibana (1980). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

BASTOS, Francisco Inácio. **aids na terceira década**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís. **Prefácio**. Antropologia Extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. Brasília: Paralelo 15, 2008.

CARRARA, Sérgio. **Tributo a vênus**: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. 339 p. ISBN: 85-85676-28-0. Available from SciELO Books .

CARVALHO, J. J. **A prática da extensão como resistência ao eurocentrismo, ao racismo e à mercantilização da universidade**. SALÃO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 5. Porto Alegre, 2004.

CARVALHO, L; CHIANCA, L. **Políticas e Campos da Extensão na Antropologia**: uma apresentação. Revista *Áltera*, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 12-19, jul./dez. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/51028/29655>.

FERRAZ, Dulce. **Prevenção Combinada baseada nos Direitos Humanos** - por uma ampliação dos significados e da ação no Brasil. Boletim ABIA, n.61, dezembro de 2016, p.10-13.

FRANCH, Mónica; RIOS, Luís Felipe. **O direito à prevenção da aids**: nas escolas, nos serviços de saúde e alhures. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2020, v. 24 [Acessado 22 Junho 2022].

GRANGEIRO, Alexandre; KUCHENBECKERII, Ricardo; VERAS, Maria Amélia. **Novos métodos preventivos para o HIV**: reconhecendo as fronteiras entre a autonomia dos indivíduos e as políticas públicas. São Paulo: Revista Brasileira de Epidemiologia. p,1-4. Set. 2015.

GUIMARÃES, Mark Drew et al. **Comparaing HIV risk-related behaviors between 2 RDS national samples of MSM in Brazil, 2009 and 2016**. Medicine, v. 97, p. S62-S68, 2018.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação**: desafios atuais às representações coloniais da antropologia. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). Desafios da antropologia brasileira. ABA, 2013. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Desafios_Antropologia_Brasileira-Bela_FeldmanBianco.pdf

PARKER, Richard. **A reinvenção da prevenção no século XXI**: o poder do passado para reinventar o futuro. Boletim ABIA, n.61, dezembro de 2016.

PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. **Estigma, discriminação e aids**. Rio de Janeiro: Coleção. ABIA, 2021.

PERLONGHER, Nestor. **O que é aids**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SCHEFER, Mário. **Coquetel: a incrível história dos antirretrovirais e do tratamento da aids no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2012.

SILVA, Gláucia (Org.). **Antropologia Extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos**. Brasília: Paralelo 15, 2008.

SILVA, Luziana et al. **Jogos de espelhos? Pensando sindemicamente o HIV/aids e a Covid-19**. In: SOUZA, Alessa et al (orgs). *Compartilhando Saberes: Etnicidade, saúde e produtividade acadêmica em tempos de pandemia*. 1ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021, v. 1, p. 141-162.

SILVA, Luziana Marques Fonseca; NETO, Francisco Paulino de Oliveira; MORAES, Gabriel Cavalcante Bueno. **Interações sinérgicas entre o HIV/aids e a Covid-19: A descentralização do cuidado em HIV/aids na Atenção Básica em Rio Tinto (Paraíba)**. *Áltera: João Pessoa*, n. 14, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/64981> Acesso em: 08 jul., 2023.

SOUSA, Alexandre Nunes. **Da epidemia discursiva à era pós-coquetel: Notas sobre a memória da aids no cinema e na literatura**. II Seminário Internacional em Memória Social, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://seminariosmemoriasocial.pro.br/wp-content/uploads/2016/03/B019-ALEXANDRE-NUNES-DE-SOUSA-normalizado.pdf>. Acesso em: 07 jul. . 2024.